

Opinião:

A nossa realidade

“Lugar de mulher é onde ela quiser”

Marina Peralta

Violência Doméstica e Familiar:

MS se mobiliza pela cultura da Paz em Casa

Ação:

Consultoras de beleza capacitadas para ajudar no combate a violência doméstica

COMPORTAMENTO

Trauma da violência doméstica pode fazer com que a vítima não denuncie



A Nossa Realidade

vemos em um país complicado, pois estamos presenciando momentos de instabilidade financeira, mas também de um aumento inadmissível de violência, principalmente contra mulheres e crianças.

Isto é o que nos choca e eu como mulher faço as seguintes perguntas: O porquê da violência, o porquê do assédio sexual e o porquê do aumento das agressões nas escolas, nas festas e até em nossos lares?

Este trabalho é árduo, cansativo e exaustivo, mas não devemos desistir. Temos obrigações como mulheres na busca dos nossos direitos. Hoje temos a nossa própria delegacia, mesmo assim muitas de nós ainda permanecem caladas.

Com relação à violência infantil, isto é uma tristeza. Criança tem que brincar, estar na escola e ver seu futuro através de bons exemplos, além de ter bons incentivos como a prática de esportes, músicas e demais brincadeiras ao longo do desenvolvimento.

Para isso é necessário que nos unamos para erradicar de vez estas violências e fazer com que a sociedade brasileira se conscientize e adote nossa ideia e que possamos expandir ainda mais o nosso projeto.

Por fim, agradecemos o apoio de todos os profissionais da educação, justiça e segurança para cada dia nos tornarmos mais fortes contra esta criminalidade.

“Viver em paz com fraternidade, este é o nosso objetivo maior”.

“Viver em
paz com
fraternidade,
este é o
nosso
objetivo
maior”

Muito obrigada!

Milene Garcia Ramos



TJMS_Oficial



TJMSoficial



TJMSoficial



IX Fonavid trouxe perspectiva multidisciplinar para violência doméstica

A juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, esteve, de 8 a 11 de novembro de 2017, com sua equipe e com outros magistrados estaduais no IX Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (IX Fonavid), realizado em Natal (RN), levando os projetos locais de enfrentamento à violência contra a mulher e também conhecendo o que há de novo sobre a temática. A magistrada também foi escolhida representante do Centro-Oeste para o X Fonavid, a ser realizado em Pernambuco, neste ano.

O IX Fonavid teve como tema Violência Doméstica como Fenômeno Mundial e Multidisciplinar, trazendo uma perspectiva global sobre a questão da violência de gênero. “Foi muito importante este encontro, que reuniu profissionais de diversas áreas do conheci-

mento para discutir, não apenas as questões jurídicas do problema, mas, também, na perspectiva da sociologia, antropologia e da neurociência, que pode nos ajudar a entender melhor as sequelas que a mulher sofre ao ser violentada. Todas estas ciências trazem aspectos diferenciados da violência como fenômeno”, contou Jacqueline Machado.

No mundo, 70% das mulheres sofrem algum tipo de violência durante a vida, o que mostra que a problemática não é apenas nos países menos desenvolvidos, como o Brasil. “Para fazer o enfrentamento precisamos ampliar o conhecimento sobre o tema, dando uma atenção multidisciplinar à violência. Não bastam apenas as Leis e o Direito, precisamos avançar e entender a violência para combatê-la através da psicologia e da psicanálise, da sociologia e antropologia e, também, da medicina, unindo esforços no combate”, diz a juíza.

A Coordenadoria da Mulher de MS levou suas ações para o Fonavid, como boas práticas, pois tem conseguido dar efetividade ao combate à violência domésti-

ca. A Campanha Mulher Brasileira, criada pela juíza Jacqueline Machado, foi apresentada em uma oficina no dia 9 de novembro, mostrando os resultados dos programas Mãos emPENHadas e Atena. “As iniciativas de MS foram muito bem recebidas e elogiadas pelos profissionais de outros Estados da Federação e por palestrantes. Eles entenderam ser importantíssimo este tipo de discussão dentro dos ambientes dos salões de beleza, que atingem um grande público de mulheres, informando as formas de denúncia e mostrando que a violência não é apenas física, mas também moral, psicológica e patrimonial”, ressaltou a juíza.

Além da coordenadora da Mulher, participaram do IX Fonavid os juízes Liliana de Oliveira Monteiro, da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital, Jessé Cruciol Jr., da comarca de Nova Alvorada do Sul, e Alessandro Leite Pereira, da 4ª Vara Criminal de Dourados, além das servidoras técnicas da 3ª Vara de Violência Doméstica da Capital, da qual Jacqueline Machado é a titular.

Trauma da violência doméstica pode fazer com que a vítima não denuncie

O Direito dialoga com várias áreas do saber para ajudar mulheres vítimas de seus companheiros.

Estudos recentes da Neurociência demonstram que o trauma causado pela violência doméstica desencadeia, no cérebro das vítimas, alterações que podem impactar a sua capacidade de denunciar e de sair da situação de violência, bem como a compreensão pela sociedade de vá-

rias reações e sintomas que estas mulheres podem apresentar, dificultando a investigação e responsabilização do ofensor. Ao considerar este conhecimento, a justiça pode aprimorar estratégias para melhorar o atendimento e proteção das vítimas.

O estudo da Neurociência aplicado às práticas jurídicas, Neurodireito (*Neuro-law* em inglês), de modo interdisciplinar, já vem sendo realizado nas últimas três décadas. Mais recentemente, com a grande evolução das tecnologias, como a ressonância magnética, tem permitido aos neurocientistas estudarem o cérebro, *in vivo*, com um nível de detalhamento que antes não era possível, permitindo um conhecimento sem precedentes sobre as estruturas cerebrais e seu funcionamento a nível celular e molecular.

A neurocientista Regina Lúcia Nogueira, psicóloga do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), vinculada ao Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), explica que na violência doméstica a principal contribuição da Neurociência é sobre o efeito traumático da violência sobre o cérebro das vítimas. Segundo a profissional, este conhecimento pode contribuir para uma melhor avaliação das situações envolvendo violência contra a mulher, tanto para o acolhimento da vítima quanto para a adequada valoração da prova.

“Um dos fatores que pode tornar a palavra da vítima desacreditada e a mulher culpabilizada pela violência sofrida é o desconhecimento sobre o funcionamento do cérebro nestas situações”





Hemany César/Marka Imagens

Neurocientista Regina Nogueira

“Um dos fatores que pode tornar a palavra da vítima desacreditada e a mulher culpabilizada pela violência sofrida é o desconhecimento sobre o funcionamento do cérebro nestas situações. A vítima pode apresentar sintomas de trauma como congelamento, agressividade, sintomas de evitação, amnésia dissociativa, que podem não fazer sentido a um primeiro olhar. O resultado pode ser a retraumatização, o desencorajamento da vítima e, com consequente, a não responsabilização do ofensor e prejuízo ao devido acesso à Justiça pelas mulheres”, pontua Regina Nogueira.

Diferentes formas de violência podem causar danos ao cérebro por alterar sua estrutura e funcionamento. O mais conhecido é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que pode ocorrer não apenas pela vivência direta do evento traumático, mas também por testemunhar a violência sendo cometida com outra pessoa, ou, ainda, em saber que o evento traumático ocorreu com familiar ou amigo próximo, por ser exposto de forma repetida ou extrema a detalhes aversivos do evento traumático, como pode ocorrer com profissionais do sistema de justiça, de segurança e de saúde que trabalham nesta área.

Devido a mudanças na neurobiologia do cérebro, o trauma causa efeitos de natureza neurológica, biológica, psico-

lógica e social que precisam ser melhor compreendidos por todos os profissionais envolvidos, pela própria vítima e por toda a sociedade.

Munida de informações valiosas como estas, a Justiça pode antecipar-se, ou mesmo mitigar os danos causados às mulheres vítimas de seus companheiros e os punirem, na forma da lei.

Para Luciana Lopes Rocha, juíza titu-

lar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga/DF e presidente do X Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (X Fonavid), atualmente, em razão das diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) tem se aberto um novo olhar acerca de um modelo jurisdicional mais adequado ao enfrentamento, o que exige um olhar multidisciplinar dos magistrados.

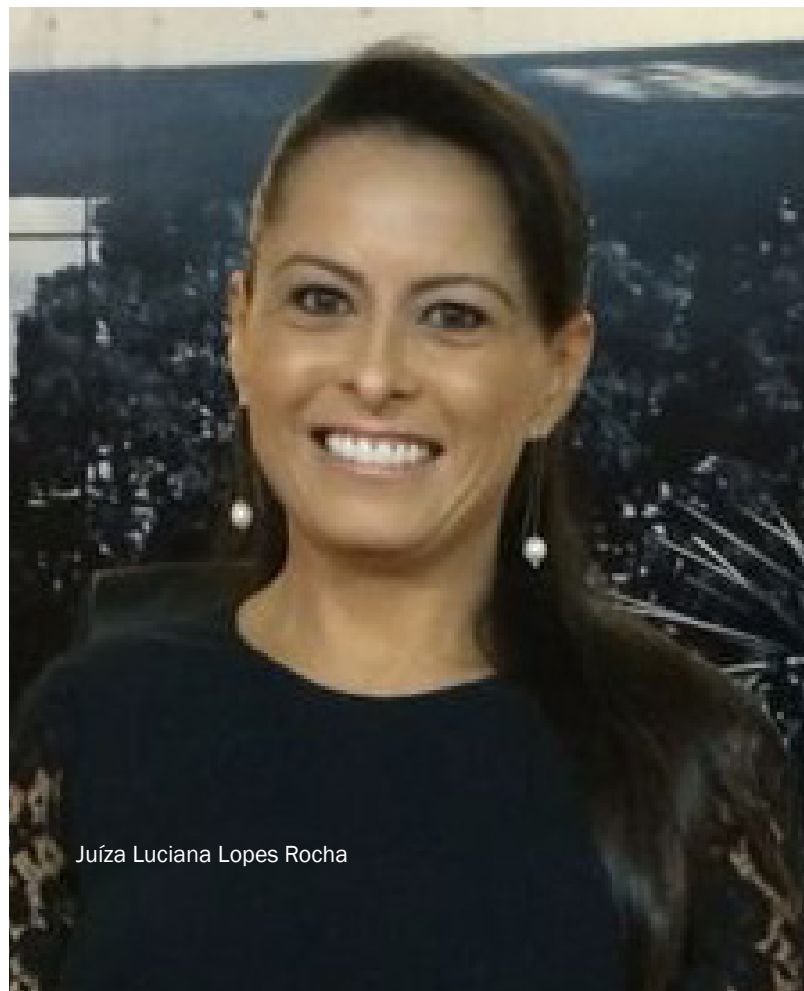
A partir desta visão – mais ampla – a forma de julgamento poderá ser feita a partir de outros critérios, incorporando a perspectiva de gênero e o impacto dos diferentes tipos de violências contra a mulher, saúde mental e efeitos do trauma.

“Na verdade quando conhecemos um pouco mais sobre a vítima e os efeitos no cére-

bro e os seus mecanismos de defesa, podemos de fato dar maior credibilidade à palavra da vítima, já que na maioria dos casos são crimes cometidos às escuras, dentro dos lares, sem o testemunho de outras pessoas. Se, de fato, o Poder Judiciário deseja proteger de forma eficaz e julgar segundo a verdade real, é necessário observar o comportamento da vítima, compreender as suas reações para que possamos valorar melhor a prova e julgar de forma mais adequada”, diz a presidente do X Fonavid.

A magistrada conta ainda que, dentre as dificuldades da persecução penal, nos casos de violência de gênero, o que pode acontecer são diversas implicações como a vítima não procurar a justiça para denunciar ou, muitas vezes, fazer a denúncia, reconciliar-se com o companheiro e mudar as versões dos fatos, para tentar proteger o seu algoz.

“A Lei Maria da Penha prevê não apenas a repressão ao delito, mas exige um adequado acolhimento às vítimas, empoderamento e a garantia de direitos. Pilares que têm feito o Poder Judiciário tornar-se protagonista no enfrentamento à violência”, diz Luciana Rocha.



Juíza Luciana Lopes Rocha



Comunicação pela Igualdade de Gênero

Prêmio de Jornalismo do TJMS, com a pauta "Comunicação pela Igualdade de Gênero". O Tribunal distribuirá prêmios, para seis categorias: Telejornalismo, Jornalismo Impresso, Jornalismo On Line, Radiojornalismo, Fotojornalismo e Universitário, sendo que serão dois prêmios por categoria.



Capacita profissionais de beleza para que sejam multiplicadores de informação sobre combate e denúncia de violência doméstica e familiar contra a mulher, identificando e orientando clientes. Os estabelecimentos que aderem ao projeto recebem um «Selo» para identificação de sua parceria.



Promove um momento de pausa no trabalho para discutir e refletir sobre gênero, raça/etnia e violência contra a mulher. São realizados em canteiros de obras e empresas com grande número de trabalhadores.



Oficinas para as mulheres que possuem medidas protetivas de urgência sobre conhecimento do próprio corpo e das diversas expressões de vivências de sua sexualidade, sendo um espaço de escuta, reflexão e empoderamento.



Este projeto se define pela realização de palestras para estudantes e professores de Escolas Públicas e Particulares, promovendo discussão e reflexão sobre gênero, raça/etnia e violência contra a mulher, contribuindo para a diminuição dos casos de violência.



Realizado na modalidade à distância (EAD), em quatro módulos, com carga horária de 40h/a. Uma ação conjunta da Coordenadoria da Mulher com a Superintendência Geral de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde de MS, Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, e a Maternidade Cândido Mariano.



Reúne autores de violência doméstica, com processo judicial, buscando conscientizá-los sobre seus atos, praticados contra suas próprias companheiras, abordando a Lei Maria da Penha, Valores e Direitos Humanos, Gênero e Papéis Sociais.



Objetivo do projeto: "Propiciar às mulheres vítimas de violência que solicitam revogação das medidas protetivas de urgência um espaço para dialogar sobre gênero e violência, em uma perspectiva transformadora e de empoderamento da mulher".

Desenvolvimento

Curso de Coach potencializa ações da Coordenadoria da Mulher

Durante seis encontros, a equipe da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS se reuniu, em sessões de *Coaching*, para potencializar os programas da coordenadoria. Os trabalhos foram conduzidos pelas *coaches* Gabriella Duarte da Conceição e Ana Paula Batistute, membros da *International Coach Federation* (ICF). O principal objetivo foi criar estratégias para o Programa “Mãos emPENHadas Contra a Violência” tornar-se efetivo. Os resultados foram muito positivos.

O processo de *Coaching* da Coordenadoria da Mulher começou no dia 23 de maio de 2017, quando foi feita a avaliação inicial da equipe. “É como fazer uma viagem, você está num ponto e desejaria chegar em outro. Para chegar a este estado desejado é necessário gerar ações estratégicas, inteligentes e coordenadas, consequentemente chegando ao resultado, sempre com um ciclo de excelência, de aprendizados e melhorias contínuas”, contou Ana Paula Batistute.

A especialista explica que, antes de tudo, para um bom resultado de *coaching*, a equipe precisa estar envolvida e comprometida com este objetivo. “As respostas estão dentro de cada um, e aí é que está a grande riqueza. Através das ferramentas, de sessão em sessão, vão se desenvolvendo habilidades e competências da equipe. Deste modo, a mudança é feita de forma estruturada, com muito mais foco e efetividade”, disse Ana Paula, que garantiu que o Setor Público ganha muito com o processo *coaching* para o desenvolvimento de lideranças e equipes.

O processo começou durante a Semana Internacional de *Coach*, no mês de maio, movimento incentivado pelo ICF para que *coaches* realizem ações gratuitas (*pro bono*), na cidade ou região



É como fazer uma viagem, você está num ponto e desejaria chegar em outro. Para chegar a este estado desejado é necessário gerar ações estratégicas.



onde atuam. Outros cinco encontros foram realizados até o mês de agosto.

“Nós nos sentimos muito identificadas com a causa da proteção e empoderamento das mulheres, a partir da reunião que realizamos com a juíza Jacqueline Machado. Foi a partir daí que passamos a entender a necessidade e as demandas da Coordenadoria da Mulher e o impacto de sua atuação. Com isto, o grupo pôde mapear seus objetivos e metas a serem alcançadas”, lembra Gabriella Duarte da Conceição, que é presidente há duas gestões na ICF/MS.



Gabriella Duarte da Conceição

Coach Profissional membro da International Coach Federation – ICF.



Ana Paula Batistute

Consultora de Processos Humanos, Coach, Terapeuta Quântica e Palestrante. Atualmente Vice-Presidente ICF/MS.



O Processo – Em seis encontros com as *Coaches*, a equipe da Coordenadoria da Mulher iniciou o seu processo de mudança, focado no Ciclo da Excelência. O principal objetivo foi potencializar o programa “Mãos EmPENHadas”, tendo maior adesão, levando informações à mídia e despertando o interesse em outros Tribunais em replicar a ação.

Para a coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, juíza Jacqueline Machado, todo o processo de *coaching* foi fundamental para o desenvolvimento da equipe, especificamente para aumento de resultados positivos no “Programa Mãos EmPENHadas contra a Violência”.

“Durante as sessões identificamos nosso ponto inicial e definimos o estado desejado do projeto e, num processo criativo, planejamos, elaboramos planos de ações, nos conhecemos, desenvolvemos novas competências para enfrentar os desafios, traçamos ações estratégicas para elevar os resultados. Enfim, gerou muitos aprendizados e consciência de melhoria contínua”, contou a magistrada, que também externou a gratidão pela contribuição solidária das *coaches* Gabriella Duarte e Ana Paula Batistute por terem proporcionado o aprendizado a toda a equipe da Coordenadoria.



MS se mobiliza na 9ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

No período de 20 a 24 de novembro de 2017, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul mobilizou-se em prol da mulher e contra todas as formas de violência Doméstica e Familiar na 9ª Semana da Justiça pela Paz em Casa. Dentre as ações, foram realizadas palestras, exposição de arte, apresentações musicais e um esforço concentrado no julgamento de ações penais que envolvam a violência contra a mulher.

Ação foi criada pela presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, no ano de 2015, e se tornou Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2017, com a assinatura da Portaria CNJ nº 15. Entre as ações previstas estão a incorporação da Semana Justiça pela Paz em Casa como programa permanente voltado ao aprimoramento e à celeridade da prestação jurisdicional em casos de violência doméstica de familiar contra a mulher, esclarecendo e mobilizando a sociedade para uma mudança de cultura.

marcas estiveram concentradas na resolução dos casos de violência doméstica, além das atividades realizadas nos fóruns e nas cidades, mostrando o apoio social às mulheres vítimas de seus companheiros.

Na Capital, as atividades começaram no dia 17 de novembro, como pré-evento, com a palestra da juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, na escola Harry Amorim Costa, em Campo Grande. Um momento de pôr em pauta o assunto, para que a comunidade esteja preparada para refletir e perpetuar

Em Mato Grosso do Sul, todas as co-

Dia 24/11 - 15h30
CIJUS

9ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

Palestrante:
Com Luzia Almeida Gonçalves Kuntzel

Palestra:
Felicidade:
Sua reserva foi efetuada com sucesso!

Atopias:
Com Jélla Julian
Com Thela Barros
Com Marisa Peralt

UMA AÇÃO PARA VOCÊ, PARTICIPE!

MULHER BRASILEIRA
SAÚDE
RÓDIA
MAOS
CIJUS
EJUD
TRIBUNAL DE JUSTIÇA





Thais Barros



Júlia Juliana



1 - Servidores e Magistrados do Fórum de Campo Grande participam da Palestra Felicidade; 2 - Servidores do TJMS atentos a palestra; 3 - Exposição Feminilidade que Fala, das artistas plásticas Thais Barros e Júlia Juliana; 4 - Ju Souc encantou com sua voz; 5 - Luzia Almeida Gonçalves Kuntzel falou sobre Felicidade: sua reserva foi efetuada com sucesso; 6- Servidores do Cijus lotam plenário; 7 - Chicão Castro também abraçou o projeto da Coordenadoria; 8 - Equipe da Coordenadoria da Mulher com a cantora Marina Peralta; 9 - Diretor do Foro engajado com a Semana da Paz; 10 - Marina Peralta cantou "lugar de mulher é onde ela quiser"



a cultura da paz, uma ação de mudança de atitudes com reflexos na sociedade como um todo.

Palestra – Nos dias 20, 22 e 24 de novembro, no Fórum de Campo Grande, Tribunal de Justiça e Centro Integrado de Justiça (Cijus), respectivamente, a *coach* Luzia Gonçalves ministrou a palestra “Felicidade: sua reserva foi efetuada com sucesso”.

O objetivo da palestra foi promover uma nova perspectiva sobre a tão almejada felicidade e, para tanto, promoveu uma inversão de ângulos colocando-a como caminho a ser percorrido e não um fim a ser atingido, bem como a deslocou das conquistas materiais para mostrar como habita nas pequenas coisas da vida.

Para exemplificar suas explicações, a palestrante apresentou duas pesquisas: uma mostrando a felicidade como alavanca para o sucesso profissional, uma vez que, segundo Luzia, as pes-

soas depositam em suas conquistas profissionais a busca da felicidade. Ela defende que o caminho deve ser inverso, tendo em vista que uma pessoa feliz sente-se motivada, trabalha melhor, tem melhores resultados e, assim, atinge seus objetivos.

A outra pesquisa exemplifica que ter bons relacionamentos e cercar-se de boas companhias faz toda a diferença quando alguém busca percorrer seu caminho com felicidade, pois bons companheiros trazem tanto saúde externa como interna.

A parceria da palestrante com o Tribunal de Justiça para esta participação voluntária surgiu a partir de um convite feito pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar para que compartilhasse seu conhecimento com os servidores, pedido esse que ficou feliz em atender.

Exposição de arte – Durante os três dias de evento nos prédios do Judiciário da Capital, também houve exposição das artistas plásticas Thais Barros e Júlia Juliana, com a mostra “A Feminilidade que Fala”.

Com uma temática voltada para a exaltação do feminino, as obras demonstraram a singeleza e, ao mesmo tempo, a força da mulher em um mundo ainda muito machista.

Thais e Júlia têm 22 anos de idade e são colegas no curso de Psicologia, na UFMS, o que para elas ajuda a entender melhor os sentidos e sentimentos da mulher. As telas expostas de Júlia Juliana e Thais são em aquarela e em grafite. Com cores vibrantes, buscaram passar o sentimento, a natureza feminina e a profundidade do que é ser mulher.

Atrações musicais – As aberturas dos eventos durante a 9ª Semana da Justiça pela Paz em Casa contaram com atrações musicais que se apresentaram de forma voluntária para abri-lhantar o evento.

Participaram das ações as cantoras Ju Souc, no Fórum de Campo Grande, Marina Peralta, no Cijus e o cantor Chicão Castro, no Tribunal de Justiça.

Consultoras de beleza capacitadas para ajudar

No dia 22 de novembro de 2017, o antigo plenário das Turmas Recursais, no TJMS, sediou a 3ª edição do Programa Mãos emPENHAdas contra a Violência, que capacita profissionais de beleza para que sejam disseminadores de informações sobre como identificar e denunciar a violência doméstica. A capacitação integrou as atividades realizadas durante a 9ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

Desta vez, convidadas por Maria Helena Moreira Crispim – parceira do programa - 50 consultoras de beleza independentes receberam o treinamento, realizado pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS,

sob o comando da juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital.

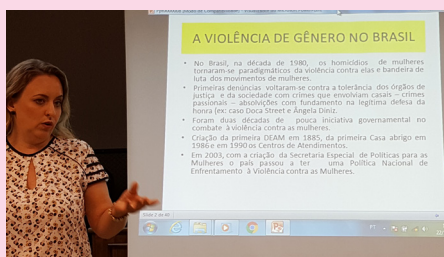
O programa Mãos emPENHAdas Contra a Violência é uma iniciativa inédita no país ao propor que profissionais da beleza sejam agentes no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Manicures, cabeleireiras e depiladoras a partir de agora são multiplicadoras de informações sobre todas as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e sobre como combater e denunciar os abusos. Os estabelecimentos parceiros têm um Selo de Par-



ceria para identificar a participação na campanha.

“São 40 estabelecimentos parceiros em Campo Grande e isso representa cerca de 20 mil clientes/mês; 130 profissionais foram capacitados; 3.590 pessoas tiveram acesso às cartilhas disponibilizadas nos salões e aos cartões 180; em torno de 640 pessoas buscaram informação sobre o tema; 42 técnicos de equipe psicossocial do interior foram capacitados para implantar a proposta em comarcas do interior e cinco destas já iniciaram a implantação do projeto”, apontou Jacqueline.

A juíza lembrou que no Brasil, na década de 1980, os homicídios de mulheres tornaram-se paradigmáticos da violência contra elas e a bandeira de luta dos movimentos sociais. Citou casos e apontou que em duas décadas houve pouca iniciativa governamental no com-



bate à violência contra as mulheres.

A assistente social Vanessa Vieira e a psicóloga Sandra Regina Monteiro Salles – ambas integrantes da Coordenadoria da Mulher, também mostraram que o ciclo de violência pode e deve ser rompido.

Sandra ressaltou a dificuldade que a mulher tem de reconhecer que sofre violência, mostrou depoimentos e explicou quais são os tipos de violência que as consultoras podem identificar. Vanessa abordou a escalada da violência, citou que a mulher leva em média 10 anos sofrendo violência antes de fazer a denúncia e mostrou casos vivenciados em que a mulher, apesar de buscar ajuda, acaba reatando com o agressor.

Dando as boas-vindas aos participantes, Maria Helena confessou estar muito feliz por participar do Mãos emPENHADAs como parceira. Desde que fez a capacitação na edição anterior, ela tem convidado cada vez mais pessoas a conhecer o programa.

“O Mãos emPENHADAs é inovador, maravilhoso, e tenho certeza que juntos estaremos mais fortes no combate à violência. Estou assustada e triste em saber que MS é o número um do país em divórcios e violência doméstica. Ser consultora é uma missão e, com essa capacitação, espero que vocês sintam-se mais seguras para ajudar essas mulheres. O conhecimento adquirido aqui vai agregar muito ao nosso trabalho”.

Ísis de Castro conta que resolveu participar da capacitação porque como consultora entra na casa das mulheres para oferecer melhora na autoestima, para que elas voltem a gostar da imagem que veem no espelho.

“E, ao entrar nas casas e perceber os sinais de violência, poderei ajudar quando elas não conseguem pedir ajuda. Espero reconhecer os sintomas e ser útil para essas mulheres, ser apoio, mostrando os caminhos que podem levá-las a romper o ciclo da violência”.





Nos dias 7, 8 e 9 de novembro, a Des. Maria Isabel de Matos Rocha, do Tribunal de Justiça de MS, esteve em Maputo (Moçambique) participando da Conferência Internacional da Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica (FIFCJ).

No evento, a desembargadora apresentou a Campanha Mulher Brasileira e as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, sob o comando da juíza Jacqueline Machado, e ouviu das participantes que o Brasil é um país que promove ações inovadoras.

“Éramos apenas três brasileiras a falar no evento, mas ficou claro que o Brasil avançou muito. Havia participantes de vários países, predominantemente da África. Minha fala se deu em um painel que tratava da questão da saúde, o que foi bom, já que mulher que sofre violência é atingida em sua saúde física e psicológica e fica prejudicada no empoderamento”, explicou.

Maria Isabel ressaltou os altos níveis de violência ainda existentes nos estados brasileiros e destacou as ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Mulher em Mato Grosso do Sul, discorreu acerca da Lei Maria da Penha, da Lei do Feminicídio e da Lei nº 13.341/2016, esta que aborda a violência sofrida por crianças vítimas e testemunhas de violência (incluindo as vítimas de vio-

Conferência realizada em Moçambique destaca ações da Coordenadoria da Mulher de MS

lência vicária, quando o agressor usa a violência contra as crianças como um instrumento para atingir e fazer sofrer a mulher em seu bem mais precioso - os filhos).

“Distribuí muitas cartilhas sobre a Lei Maria da Penha e meios de enfrentamento à violência contra a mulher, e a revista da Coordenadoria. O material era muito, mas acabou sendo insuficiente porque todos queriam mais material para rever, se mostrando interessados nessas informações e em possíveis implantações de ações. Fiquei impressionada com a participação da mulher moçambicana em cargos políticos, que na legislatura de 2004-2009 alcançava 39,2% e nos dias atuais chega a ser de

45%, segundo foi informado, um número muito maior que no Brasil”, completou.

A desembargadora relatou que em Moçambique grande parte da população vive em muita pobreza, trabalhando na informalidade e há uma preocupação muito grande com pessoas que vivem nos meios rurais, por estarem mais desassistidas, com difícil acesso a ações de cidadania, justiça e saúde, por exemplo.

“As mulheres congressistas questionavam alguns pontos da lei local de proteção à mulher, similar à nossa Lei Maria da Penha, que surgiu do compromisso assumido pelo Estado moçambicano no concerto das nações, ao ratificar, dentre vários instrumentos internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, através da Resolução nº 4/93, de 2 de junho; o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, pela Resolução nº 3/2008, de 30 de maio, pois, mesmo sendo a lei de proteção da mulher, ela tem pontos que lhe retiram eficácia, como, por exemplo, a previsão de efeito suspensivo aplicado nos recursos, e ainda questionaram a extrema abrangência da lei (para se aplicar não só a mulheres, mas também aos homens), perdendo assim seu foco essencial de proteção da mulher, perdendo a eficácia”, concluiu.

Curso emPENHADAs pela Saúde capacita quase 500 profissionais de MS

Os resultados alcançados pelo projeto EmPENHADAs pela Saúde superaram as expectativas. Os números foram apresentados à coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS, juíza Jacqueline Machado, e à equipe e representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

De acordo com a superintendente-geral de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Gysélle Tannous, a capacitação oferecida por meio da parceria, pelo sistema Telessaúde do Governo do Estado de MS, alcançou 475 inscritos. O curso teve carga horária de 40 horas e diversos profissionais de várias áreas de formação participaram da capacitação *on-line*.

Na avaliação dos que concluíram o



curso, 98% disseram que o *site* tinha facilidade de uso, que os objetivos e procedimentos foram claramente comunicados, que o material do curso foi organizado de forma lógica e compreensível, além de que o curso foi organizado de forma adequada, conforme os conceitos descritos nos objetivos do curso. Os participantes também disseram que recomendam o curso para outros profissionais.

Com a apresentação destes resultados e diante do alcance do curso, a Coordenadoria da Mulher e os representantes da SES elaborarão estratégias para ampliar e dar mais efetividade à

capacitação, com a possibilidade de que a iniciativa tenha abrangência nacional, reforçando a Rede de Proteção da Mulher.

O curso faz parte do programa emPENHADAs pela Saúde, resultado da parceria estabelecida entre o TJMS, por meio da Escola Judicial (Ejud-MS) e da Coordenadoria da Mulher, e o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde, Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Superintendência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Telessaúde), além da Maternidade Cândido Mariano.



PARCERIA – O projeto EmPENHAD@s pela Saúde viabilizou cursos de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Com apoio da Escola Judicial (Ejud-MS), se desenvolveu uma ampla qualificação de profissionais da rede de atendimento na área de saúde do MS. O acordo de cooperação é resultado da parceria da

Escola Judicial (Ejud-MS) e da Coordenadoria e do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde, da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres e da Superintendência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Telessaúde), além da Maternidade Cândido Mariano.

Dúvidas
Frequentes

O agressor pode ser denunciado por terceiros?

Sim, terceiros podem e devem denunciar uma violência doméstica ou familiar contra a mulher. Se a violência for grave e estiver ocorrendo no momento, o recomendado é ligar no 190 da polícia militar para atendimento imediato. Caso não haja urgência de atendimento, o terceiro pode

fazer uma denúncia anônima por meio de ligação ao 180. O Ligue 180 foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país (a ligação

é gratuita). Posteriormente transformou-se em disque-denúncia com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. Portanto, por meio do Ligue 180 pode-se tanto realizar-se denúncia quanto receber orientação.



Formação de profissionais com Grupo Teatral na Casa da Mulher Brasileira

Em parceria com a Casa da Mulher Brasileira, foi realizada na 10ª Semana da Justiça pela Paz em Casa uma formação para profissionais da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, na qual os servidores da Coordenadoria da Mulher participaram. A formação teve como tema os tipos de violência contra a mulher e se desenvolveu a partir da peça teatral “Entre-laces”, do Grupo Teatral Coletivo Usina, com uma posterior roda de debate.

Capacitação e Interiorização de programas da Coordenadoria em Paranaíba

A juíza Jacqueline Machado, acompanhada da equipe multidisciplinar da Coordenadoria da Mulher, realizaram, no dia 22 de março, em Paranaíba, uma capacitação acerca dos aspectos jurídicos e psicossociais da violência de gênero aos responsáveis pelo Projeto de Extensão “Criminologia: Ações Sociais”, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Paranaíba, além da capacitação da rede de atendimento daquele município.

À noite, a juíza participou do ato solene para assinatura de um Termo de Coope-



ração do Tribunal de Justiça com a UEMS, objetivando a interiorização e implementação efetiva de alguns dos programas de prevenção e combate à violência contra a mulher da Coordenadoria. Os juízes Nária



Cassiana Silva Barros e Cássio Roberto dos Santos, que judicam na 1ª Vara Cível e na Vara Criminal, respectivamente, acompanharam a assinatura do convênio.

Capacitação e participação no I Encontro de Enfrentamento à Violência contra Mulher em Três Lagoas

No dia 23 de março, acompanhada da equipe multiprofissional, a juíza Jacqueline Machado realizou a capacitação acerca dos aspectos jurídicos e psicossociais da violência de gênero e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, no auditório da OAB de Três Lagoas. Durante a noite, no auditório da AEMS, participou do I Encontro de Enfrentamento à Violência Doméstica de Três Lagoas, realizado pela Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da 2ª Subseção da OAB/MS de Três Lagoas (COMCEVIDTL).



TJ e TCE fazem parceria e ofertam curso Ead sobre violência de gênero

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e o Tribunal de Contas do Estado formalizaram, no mês de março, o termo de cooperação entre as instituições para disponibilizar o ciclo de palestras *on-line* “Tecendo o Empoderamento Feminino”, ofertado pela Escola Superior de Controle Externo do TCE e pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. As inscrições já estão abertas e o material, totalmente gratuito e com duração de duas horas, é destinado para o público em geral e, também, para os servidores dos dois órgãos. Para acessar basta entrar no link <http://www.tce.ms.gov.br/escoex/sge/AcaoEducacionalPreMatricula/Criar/128>.

Participaram da apresentação do curso, representando o presidente do TJMS, Des. Divoncir Schreiner Maran, a juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Mulher, o presidente do TCE, Waldir Neves Barbosa, e os Conselheiros Iran Coelho das Neves, Jerson Domingos, Marcio Monteiro e Flávio Kayatt, além da subsecretária municipal de Políticas para Mulheres, Carla Stephanini, e pelo procurador do Estado de MS, Carlo Fabrizio Campanile Braga.

O curso na modalidade a distância é totalmente gratuito, sendo composto por um ciclo de palestras sobre o empoderamento feminino. A primeira palestra, com a juíza Jacqueline Machado, titular da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande, tem o tema “A Violência Contra a Mulher: Fenômeno Social e Desafios para o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres”. A outra palestra,



com a subsecretária da Mulher, Carla Stephanini, aborda o tema de grande atualidade “Não é Não! Depois do Não, Tudo é Assédio”.

A coordenadora da Mulher explicou para os conselheiros que Mato Grosso do Sul e, mais especificamente, Campo Grande, vivenciam uma epidemia de violência doméstica. Por isto a grande relevância da parceria e da disseminação de informações para a população, por meio da educação.

“O Des. Divoncir Schreiner Maran, preocupado com a situação lastimável em que vivenciamos, fortaleceu a Coordenadoria da Mulher. Hoje, quase metade das denúncias apresentadas pelo Ministério Público na Capital é sobre casos de violência contra a mulher. MS está em primeiro lugar no Brasil em feminicídio e estupro. Então não cabe mais dizer que as mulheres se fazem de vítimas. E a Lei Maria da Penha prevê justamente que os órgãos, em parceria, enfrentem esta pro-

blemática. E é o que nós estamos fazendo agora”.

E este trabalho de humanização é o que busca o TCE, como explica o presidente do órgão de controle. “Por que alguém acha que pode ser mais importante, ou pode tratar outras pessoas de forma diferenciada? Homens e mulheres são iguais, temos que respeitar as questões de gênero, etnia e religião. Assim, vamos construir uma cultura de respeito ao ser humano”, frisou Waldir Neves, que lembrou, ainda, que a parceria com o TJMS é inédita no país, entre Judiciário e o órgão de controle.

Carla Stephanini disse que a iniciativa mostra o compromisso com a cidadania das mulheres, para uma vida sem violência.

Videoaula sobre a violência contra a mulher para a ESCOEX

A juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em parceria com a Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX), realizou capacitação e conscientização dos servidores do TCE – Tribunal de Contas a partir da gravação de videoaulas com os



temas “A violência contra a mulher enquanto fenômeno social” e “Desafios



para o enfrentamento da violência contra as mulheres”.

Simpósio sobre **violência de gênero** supera expectativa dos organizadores

O Simpósio Regional Violência de Gênero, realizado pelo Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS e apoio da Escola Judicial (Ejud-MS), com a Universidade Federal de MS (UFMS), reuniu 400 participantes dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal das mais variadas profissões: magistrados, delegados, promotores, defensores, psicólogos, assistentes sociais, antropólogos, sociólogos e estudantes.

Foram três dias (4, 5 e 6 de abril) de muito trabalho, com palestrantes renomados e prontos para enfrentar os temas relacionados com a violência de gênero. A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher e pela primeira Vara de Medidas Protetivas do Brasil, confessou que o evento superou as expectativas em termos de conteúdos trazidos ao debate.

“Sem medo de errar, posso dizer que as matérias debatidas fizeram com que os presentes repensassem inúmeros estereótipos que estão no imaginário

das pessoas sobre a violência de gênero. A violência contra a mulher se alimenta do machismo e da desigualdade de gênero e, nesse sentido, desconstruir esses padrões culturais por meio do diálogo entre o direito e outras ciências como a psicologia, sociologia, neurociência, serviço social, literatura e jornalismo é uma das formas mais eficazes de combater esse mal e evoluir como sociedade”, comemorou Jacqueline.

A acadêmica Flávia Barros de Andrade, que cursa o 7º semestre de Letras, contou estar encantada com os palestrantes e as informações divididas com os participantes. “Evento maravilhoso. Estou encantada por descobrir tantas pessoas envolvidas com a temática, seus livros publicados, enfim, as informações somaram muito com o que eu pensava”, disse ela.

Outro a reconhecer a grandiosidade e a excelência do simpósio foi Angelo Moti, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP – UFMS). Ele contou que este foi o primeiro evento nessa profundidade de discussões, já que os outros foram mantidos em patamares acadêmicos.

“É inédito porque é a primeira vez que integramos o curso de direito nessa discussão. A nossa faculdade de direito foi quem propôs esse projeto de extensão. Inauguramos um novo tempo nessa integração entre a academia e os órgãos de justiça, de segurança pública e de políticas públicas na questão da política dos direitos da mulher. Um novo momento, pois passaremos a produzir eventos que atendam às necessidades da realidade desses atores sociais. Foi uma satisfação sediar o simpósio e sinto-me plenamente realizado. Nos últimos tempos foi o evento em que alcançamos maior profundidade e qualidade”.

Últimas discussões - Para encerrar os três dias de simpósio, a juíza Luciana Rocha (TJDFT e presidente do Fonavid) fez uma explanação histórica sobre a violência sexual, explorando a moralidade pública, conceitos, apontando datas – em uma correlação entre o Direito e o estupro. Segunda ela, a reforma introduzida pela Lei nº 12.015/2009 significou um forte avanço, já que passou a prever no art. 213 o tipo penal do estupro.

“A dignidade sexual da mulher pas-



sa a ser o bem protegido e não mais a moralidade sexual. O grande índice de estupro é dentro de casa. Temos que olhar o crime sexual sem estar imbuídos dos mitos do estupro (como ela pediu por isso, ele não tinha intenção). O juiz precisa ter a sensibilidade para julgar e esses são alguns dos desafios do Poder Judiciário”.

Em seguida falou Regina Lúcia Nogueira, psicóloga e neurocientista (TJ-DFT) que abordou questões como violência, emoções, trauma, impacto do crime sobre a vítima, comportamentos, entre outros pontos. Ela afirmou que 85% das mulheres do país têm medo de sofrer violência sexual (estupro), que o cérebro é projetado para favorecer a

sobrevivência e que, às vezes, a ameaça é muito mais cruel.

“O cérebro se modifica o tempo todo em resposta às experiências: para o bem e para o mal. Uma violência sofrida vai impactar o cérebro, trazendo muitas consequências. Infelizmente, não temos ainda como provar que uma violência causa dano ao cérebro”.

A última palestra foi responsabilidade de Jacira Mello, diretora executiva da agência Patrícia Galvão. Ela chamou a mídia de quarto poder, apontou que a mídia influencia a opinião pública e mostrou dados alarmantes: nos últimos 20 anos, a violência contra a mulher esteve em destaque nos sites noticiosos no Brasil, país que se pauta na política e na economia.

Jacira apresentou um projeto de monitoramento sobre feminicídio, realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, mostrando que o termo feminicídio é pouco usado na imprensa e chamando a atenção para o número de mulheres que morrem, mesmo tendo medidas protetivas.

“A violência contra a mulher deve ser pauta permanente na mídia brasileira, porém não existe nas matérias um espaço sequer apontando onde ela pode buscar ajuda. Pouco ou nada se fala do agressor. Ao não usar o termo feminicídio, a mídia deixa de cumprir o seu papel, pois a imprensa tem o papel de trazer para o debate temas importantes para o país e mostrar qual a resposta do Estado”.



Paz em Casa: Violência contra a mulher é tema de debate em evento na Unigran



3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, participou do evento como coordenadora da mesa debatedora e, ao lado dela, estavam representantes das lideranças das mulheres negras, indígenas, deficientes e camponesas de

Mato Grosso do Sul.

No evento foram discutidos problemas pelos quais passam cada grupo de mulheres, a importância da distinção que cada mulher precisa na hora de receber atendimento, bem como campanhas preventivas, isso porque cada mulher está presente em um contexto cultural diferente e com suas particularidades.

Participaram também da mesa de debate Mirian Pereira e Angela Vanessa Epifânio, do Coletivo de Mulheres Negras de MS; Antônia Maria dos Santos Costa, do Movimento de Mulheres do Campo, Mirella Ballatore Holland Tosta, da Associação de Mulheres com Deficiência; Evanise Marie da Silva e Aliscinda Tibério, do Conselho de Mulheres Indígenas.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher e à 10ª Semana Justiça pela Paz em Casa, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de MS realizou, na Unigran de Campo Grande, a mesa de debate “Com todo respeito (?)”.

O evento visou o debate das condições peculiares das mulheres sul-mato-grossenses, que têm se revelado um dos maiores desafios para as instituições, uma vez que elaboram e executam políticas públicas de enfrentamento pensando nas mulheres de forma indistinta, desconsiderando questões como classe, raça/etnia, orientação sexual, entre outras.

A juíza Jacqueline Machado, coordenadora da Mulher em MS e titular da

Paz em casa depende de todos nós

10ª Semana da Paz em Casa
De 05 a 09 de março

Com todo respeito (?)

Mesa redonda com lideranças de movimentos sociais de mulheres para promover no meio acadêmico um espaço de discussão e sensibilização acerca da temática da Violência Contra a Mulher.

Dia 06.03.2018 - das 08h às 11h
Auditório da Unigran
Rua Ayrão Júlio Rahe, 325 - Centro - Campo Grande - MS



#MulherBrasileira

QUEBRANDO TABUS



Em visita a Campo Grande, Dr. Drauzio Varella conheceu a campanha Mulher Brasileira e manifestou seu apoio à ação.



A juíza da Vara Criminal – Infância e Juventude de Coxim, Tatiana Dias de Oliveira Said, realizou um encontro com a finalidade de debater questões de gênero e violência doméstica. A ação foi prestigiada pela promotora Daniella Costa Silva, que falou sobre feminicídio; pelo defensor público João Lucas Teixeira Bebê, que discorreu sobre pornografia de vingança, e pelo investigador de polícia Lindomar Pereira da Silva, que explicou sobre o atendimento das ofensas na Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM).



Inspirada na exposição que ocorreu na Bélgica no início deste ano, onde foram mostradas roupas de mulheres vítimas de estupro, a advogada de Ponta Porã, **Fernanda Alves Gomes Primiani, de 29 anos**, apresentou, no Simpósio Regional de Violência de Gênero, na UFMS, uma mostra fotográfica com roupas e relatos de mulheres que sofreram violência sexual. Estudiosa do assunto, Fernanda recriou a mostra nas escolas estaduais do município de Ponta Porã, com o objetivo de conscientizar e desmistificar que a culpa é da mulher nos casos de estupro. As roupas apresentadas reúnem vestidos, calças, camisas e camisetas usadas por meninas e mulheres em diferentes situações: trabalho, academia, festa.

“Com roupas infantis ou masculinas, você consegue perceber que a culpa nunca é da vítima, e que o estupro não é provocado pela roupa, é uma doença do agressor. Dentro de cada foto tem um relato da própria vítima sobre como foi”, disse.

De acordo com o 9º Anuário Brasileiro da Segurança Pública, com dados de 2014, estima-se que o Brasil tinha um caso de estupro notificado a cada 11 minutos.

Pesquisa realizada em 2016 pelo Datafolha em 84 municípios brasileiros com mais de 100 mil pessoas, revelou que 90% das mulheres têm medo de ser vítima de agressão sexual.

“Muitas vezes ao sair a mulher deixa de usar determinada roupa para não se sentir assediada, pra não se sentir vulgar. Nós mulheres temos a tendência de nos sentirmos culpadas pelo estupro, tanto que na foto onde a moça estava com roupa de exercício físico, ela diz: eu pedi. É aquilo de realmente se sentir culpada pela veste que usa”, concluiu.



O programa emPENHAdas pela Saúde foi apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Telemédicina e Telessaúde (CBTms), que ocorreu em Gramado/RS. O trabalho foi apresentado pelas representantes do Núcleo de Telessaúde de Mato Grosso do Sul: Deisy Adania Zanoní (enfermeira coordenadora do núcleo), Valéria Monreal (fonoaudióloga e apoio técnico administrativo) e Euder Nunes (apoio de tecnologia da informação).



Juíza Jacqueline Machado palestrou no 6º Encontro de Bombeiros Militares de MS para falar sobre violência de gênero e aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha.



Casa da Mulher Brasileira completou três anos e evento marcou a data.



O juiz Vitor Dias Zampieri, da comarca de Bandeirantes, junto com o promotor Victor Leonardo Miranda Taveira, também participou da 8ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, com ações desenvolvidas durante todo o mês de agosto.



A missão de capacitar profissionais de beleza para que sejam disseminadores de informações sobre como identificar e denunciar a violência doméstica, teve uma edição que ficou por conta de Maria Helena Moreira Crispim – parceira do programa, que convidou 50 consultoras de beleza independentes para o treinamento.

#todosEmPENHAdos

Salões parceiros do programa Mãos EmPENHAdas



1. Salão Pele de Pêssego (3326-5674)
2. Salão Kirey Hair Style (99229-6597)
3. Salon 7 (3022-7373)
4. Mania de Beleza (3365-4870)
5. Espaço da Beleza (3043-5353)
6. Marcos Rogério Studio Hair (3356-1275)
7. Diplomata Moda e Acessório (3361-1180)
8. Beleza Morena (99917-3308)
9. Estúdio Lilian Andrade (99196-7006)
10. Inês Domingos (autônoma)
11. Haar (3313-2803)
12. Studio Daffer 3211-6199
13. Mania de Ligia (99263-3756)
14. Espaço Femme (99896-7771)
15. Espaço de Beleza + Chick (3043-7484)
17. Zezé Hair (3362-1616)
18. Zamar Fernandes Garcia (99136-6467)
19. Regina Estética e Beleza (3325-2022)
20. Unha Bela (99260-1111)
21. Maria Bonita (3305-5005)
22. Alex Hair (99172-9478)
23. JK Fios e Formas (3204-0460)
25. Studio Aime (334-2653)
25. Jô Cabeleireira (9210-7044)
26. Sidepille (3305-0535)
27. Depilare Eleven (3384-1111)
28. Keila Cândia (autônoma) (99325-5392)
29. Netta Hair (3355-9397)
30. Luna Bella (98185-9028)
31. Salão da Flávia (3342-0698)
35. Salão Angela Hitomi (99203-0555)
36. Ateliê Damari (98118-8023)
37. Estilo Juliana (99170-4994)
38. Loja Racco (3022-3642)
39. Morena Mulher - Shop. Norte Sul (3045-1244)
40. Morena Mulher - Matriz (3025-3202)
41. Morena Mulher - Pátio Central (3028-3201)
42. Morena Mulher - Itanhangá Park (3213-4500)
43. Instituto Morena Mulher (3025-2026)
44. Morena Mulher - Vila Bandeirantes
45. JK Fios e Formas (3204-0460)
46. Maria Bonita (3305-5005)
47. Regina Estética e Beleza (3325-2022)
48. Nilva Cabeleireira (3380-3402)
49. Gerson Hair (3380-7235)
50. Salão Afro Marli Mulher (99169-1727)
51. Mania de Beleza (3022-4769)
52. Salão Maria Claudia (99141-2140)
53. Hair Family (3384-9000)
54. Studio Hair Ville (3341-5959)
55. Salão Renascer (3321-2118)
56. Lacy Hair (3381-2281)
57. Studio Alessandra Melgar (99210-7044)
59. Estilo Juliana (9917-9994)
60. Ateliê Damari (98118-8023)
61. Ana Paula Durigão - autônoma (99273-2238)

Iniciativa da Vice-Presidência do TJMS pacifica tema da Violência Doméstica

Em julgamento realizado no último dia 28 de fevereiro, a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça pacificou, em julgamento de recurso especial submetido ao rito dos repetitivos, um tema que causava insegurança jurídica em ações da Violência Doméstica. A partir de então, “nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independente de instrução probatória”.

A afetação do tema para pacificação foi solicitada pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Julizar Barbosa Trindade, que constatou a insegurança jurídica em função de elevado número de processos de mesma natureza julgados de formas diferentes. Diante da provocação do TJMS, o STJ admitiu o pedido de afetação, reconhecendo a importância e a necessidade de pacificar a questão, processou a afetação e julgou em definitivo o tema, que por consequência dá seguimento a mais de 500 processos afetados somente em Mato Grosso do Sul.

De acordo com o juiz auxiliar da Vice-Presidência, Albino Coimbra Neto, foi constatado que havia entendimentos distintos, sobre a mesma matéria. A partir da decisão do STJ, todos os juízes, desembargadores e ministros devem observar o entendimento de que pode ser estabelecido o valor a título de dano moral, havendo pedido do Ministério Público ou da vítima.

Os processos que estavam afetados com decisão contrária saem da Vice-Presidência e voltam para julgamento nos seus respectivos órgãos julgadores e precisam ser reavalia-

dos, respeitando a tese fixada no Tema 983, que tem força vinculante para todos os processos de mesma natureza no país.

Para a juíza auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Simone Nakamatsu, a decisão é um avanço, uma vez que é mais uma ferramenta para o atendimento integral à mulher em situação de violência doméstica. A magistrada está afastada da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande para atuar no Tribunal de Justiça.

“A recente decisão do STJ possibilitará facilidade para que os operadores do direito apliquem de maneira efetiva e segura a Lei 11.340/06 (Maria da Penha) e para que o autor do delito seja responsabilizado pelos seus atos e sofra as consequências, incluindo a financeira, com a fixação do valor mínimo para reparação do dano moral, que poderá ser complementada em ação cível”.


Saiba mais – Na prática, o STJ ampliou o rol de dano moral considerado in re ipsa, ou seja, que decorre da prática ilícita, não exigindo instrução probatória acerca do dano psíquico, do grau de humilhação, da diminuição da autoestima, pois a conduta criminosa já configura desonra, descrédito e menosprezo ao valor da mulher como pessoa e à sua própria dignidade.

O magistrado, ao analisar o pedido da parte autora, mediante a prudente ponderação das circunstâncias do caso concreto, como gravidade do ilícito, intensidade do sofrimento, condição socioeconômica do ofendido e do ofensor, grau de culpa, chegará a um valor indenizatório, valendo-se dos parâmetros monetários estabelecidos pela jurisprudência para casos similares.

A Lei Maria da Penha se aplica em favor dos homens?

Não. O objetivo da Lei Maria da Penha é coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada pelo Brasil, conforme consta no enunciado da referida lei.

O Projeto da Lei Maria da Penha delimitou o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar por entender que a lógica da hierarquia



BASTA
A SUA
PALAVRA

de poder em nossa sociedade não privilegia as mulheres devido à construção sociocultural de onde advém a desigualdade de gênero.

Sendo assim, no caso de um homem sofrer violência doméstica ou familiar, a Lei Maria da Penha não se aplica a seu favor, pois foi criada para favorecer a mulher, para promover equilíbrio e igualdade em suas relações domésticas com os homens.

Não obstante, registre-se que qualquer pessoa que tenha seus direitos violados têm o direito de socorrer-se ao Judiciário para fazer cessar a violência e punir seu(a) agressor(a), havendo outros dispositivos legais para tal finalidade.



NÃO

A mulher precisa provar que sofreu violência doméstica ou familiar para a decretação de medida protetiva em seu favor?

Não, pois a violência doméstica e familiar contra a mulher, na maioria dos casos, ocorre na clandestinidade, isto é, entre quatro paredes, longe da presença de testemunhas. Assim, basta que a palavra da vítima seja coerente. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha representa grande avanço no enfrentamento à violência contra a mulher, ao dar credibilidade à sua palavra, o que não ocorria antes da vigência da referida lei.

EXPEDIENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

PRESIDENTE

Des. Divoncir Schreiner Maran

VICE-PRESIDENTE

Des. Julizar Barbosa Trindade

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Romero Osme Dias Lopes

Tribunal Pleno

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Des. João Maria Lós
Des. Divoncir Schreiner Maran
Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges
Des. Paschoal Carmello Leandro
Des. Julizar Barbosa Trindade
Des. Romero Osme Dias Lopes
Des. Carlos Eduardo Contar
Des. Sérgio Fernandes Martins
Des. Sideni Soncini Pimentel
Des. Dorival Renato Pavan
Des. Vladimir Abreu da Silva
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
Des. Dorival Moreira dos Santos
Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli
Des. Ruy Celso Barbosa Florence
Des. Francisco Gerardo de Sousa
Des. Marcos José de Brito Rodrigues
Des^a. Maria Isabel de Matos Rocha
Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques
Des. Eduardo Machado Rocha
Des. Marcelo Câmara Rasslan
Des. Amaury da Silva Kuklinski
Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva
Des. Wilson Bertelli
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Des. Nélio Stábile
Des. Paulo Alberto de Oliveira
Des. Alexandre Bastos
Des. José Ale Ahmad Netto
Des. Jairo Roberto de Quadros
Des. Geraldo de Almeida Santiago

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE MS

COORDENADORA

Juíza Jacqueline Machado

JUÍZES COLABORADORES

Liliana de Oliveira Monteiro
Alessandro Leite Pereira
Jessé Cruciol Junior
Rafael Gustavo Mateucci Cassia

APOIO ADMINISTRATIVO/EQUIPE TÉCNICA

Anne Klean Alexandra Mendes
Edmar Antônio Francelino dos Santos
Liliane Valiente dos Santos
Rosimeire Batista da Silveira
Sandra Regina Monteiro Salles
Vanessa Vieira

Realização

Secretaria de Comunicação TJMS

Jornalista Responsável

Carlos Kuntzel - DRT 041/MS

Redação: Coordenadoria de Imprensa

Impressão: Coordenadoria Gráfica

Fotos: SECOM TJMS

Parque dos Poderes - Bloco 13 - Campo Grande - MS
CEP: 79031-902 - Telefone: (67) 3314-1432
www.tjms.jus.br